

Gravidez na Adolescência e Métodos Contraceptivos: Riscos, Reflexão e Argumentação Crítica.

Maria José Nilda Barbosa ¹
Sílvia Letícia Alves de Araújo ²
Nadja Christina Ricardo Barbosa ³
José Coutinho da Silva Oliveira ⁴
Darcilene de Fátima Barreto Duarte ⁵
Weydson Bruno Barbosa de Lima ⁶

RESUMO

Este projeto tem como objetivo aprimorar a leitura, a escrita e a argumentação crítica dos estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais, da EMEF Maria Barbosa de Souza, utilizando o tema “Gravidez na adolescência e Métodos contraceptivos” como eixo central. A proposta busca não apenas desenvolver habilidades linguísticas, mas também promover uma reflexão aprofundada sobre a saúde sexual e reprodutiva na adolescência. Por meio de textos informativos, debates, rodas de conversa, produção de redações e gêneros textuais diversos, os estudantes terão a oportunidade de pesquisar e explorar os riscos e impactos de uma gravidez precoce, além das consequências físicas, emocionais e sociais envolvidas. O projeto também abordará o uso de métodos contraceptivos, destacando seus benefícios, limitações e possíveis efeitos colaterais, incentivando uma visão crítica e responsável sobre o tema. Além disso, a iniciativa visa estimular a análise e o discernimento na busca por fontes de informação confiáveis, promovendo o pensamento reflexivo sobre saúde e sexualidade. Dessa forma, pretende-se ampliar o repertório dos alunos, fortalecendo sua capacidade de argumentação e expressão escrita, ao mesmo tempo em que se conscientizam sobre a importância da educação sexual para a tomada de decisões mais seguras e responsáveis em suas vidas.

Palavras-chave: Educação Sexual, Argumentação Crítica, Métodos Contraceptivos, Gravidez na Adolescência.

¹ Pós-Graduada em Ensino da Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Texto - FACOL, wilmabarboza81@hotmail.com;

² Aluna de EMEF Maria Barbosa de Souza - Umbuzeiro - PB, jucimarasilva320@gmail.com;

³ Aluna de EMEF Maria Barbosa de Souza - Umbuzeiro - PB, nadjaricarda@gmail.com;

⁴ Doutorando em Ciências da Educação na Christian Business School, coutinho045@gmail.com;

⁵ Graduada em Letras - UVA e Gestora Escolar da EMEF Maria Barbosa de Souza, darcilenefatima469@gmail.com

⁶ Graduado em Licenciatura Plena em Matemática, pela Universidade de Pernambuco – UPE; Pós-Graduado em Metodologia do ensino de Matemática, pela Faculdade Futura; Pós-Graduado em Ensino da Matemática, pelo Grupo FAVENI; Mestrando em Educação Matemática e Tecnologia – EDUMATEC pela Universidade de Federal de Pernambuco - UFPE, weydson.lima@ufpe.br.



INTRODUÇÃO

A adolescência é uma etapa de intensas transformações físicas, emocionais e sociais, caracterizada pela busca de identidade e pelo exercício crescente da autonomia. Nesse período, a vivência da sexualidade assume papel central na formação do sujeito, sendo influenciada por fatores culturais, familiares, educacionais e midiáticos. A ausência de informações adequadas ou a prevalência de tabus e preconceitos acerca do tema frequentemente expõem adolescentes a situações de vulnerabilidade, entre as quais se destaca a gravidez precoce.

De acordo com dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2021), o Brasil registra anualmente elevados índices de gestação na adolescência, o que repercute em múltiplas dimensões da vida dos jovens, incluindo a evasão escolar, o comprometimento do projeto de vida, os riscos à saúde materna e infantil e as dificuldades socioeconômicas enfrentadas por famílias em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, o debate sobre **educação sexual** assume relevância estratégica, uma vez que, quando tratada de forma crítica e reflexiva, possibilita a desconstrução de tabus, a promoção de escolhas responsáveis e a garantia de direitos.

A escola, enquanto espaço privilegiado de formação integral, desempenha papel essencial nesse processo. Ao inserir a educação sexual como tema transversal do currículo, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e com as orientações da UNESCO (2018), é possível articular conteúdos científicos, reflexões sociais e práticas pedagógicas que fortalecem o protagonismo juvenil. Conforme aponta Freire (1996), a educação deve estar centrada na problematização da realidade, promovendo a formação crítica e emancipatória dos estudantes.

Nesse horizonte, a linguagem se apresenta como instrumento fundamental de participação social. A leitura, a escrita e a argumentação, entendidas como práticas sociais, constituem não apenas meios de aprendizagem, mas também recursos para a construção de uma consciência crítica e para o exercício da cidadania (SOARES, 2002; BAKHTIN, 1992). Assim, ao articular o desenvolvimento de competências linguísticas



ao debate sobre saúde sexual e reprodutiva, cria-se um espaço de diálogo e reflexão que contribui para a tomada de decisões mais seguras e responsáveis.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar as contribuições de um projeto pedagógico desenvolvido com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, cujo foco é a temática da **gravidez na adolescência e métodos contraceptivos**. A proposta busca aliar o aprimoramento da leitura, da escrita e da argumentação crítica à promoção da educação sexual como direito, favorecendo a construção de saberes que ampliem a autonomia dos adolescentes e fortaleçam sua participação cidadã.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada e caráter pedagógico-interventivo, fundamentada nos pressupostos da pesquisa-ação. Conforme Thiollent (2011), a pesquisa-ação se caracteriza pela articulação entre investigação e prática, permitindo que os sujeitos envolvidos participem ativamente do processo de construção do conhecimento. Essa escolha metodológica justifica-se pelo objetivo de promover, em contexto escolar, reflexões críticas acerca da gravidez na adolescência e dos métodos contraceptivos, aliadas ao desenvolvimento da leitura, da escrita e da argumentação como práticas sociais.

O campo de aplicação será a Escola Municipal Maria Barbosa de Souza, envolvendo estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. A escolha desse público se deve à fase peculiar do desenvolvimento em que se encontram, marcada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais, e pela necessidade de espaços formativos que subsidiem decisões responsáveis sobre a própria vida. O projeto respeita as diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), garantindo o sigilo das informações, a participação voluntária e a autonomia dos estudantes.

As etapas metodológicas foram organizadas de forma progressiva e integrada, contemplando tanto a dimensão pedagógica quanto a investigativa:

1. **Leitura e escrita como práticas sociais** - A primeira etapa consistiu na seleção e análise de textos informativos, reportagens jornalísticas e documentos



institucionais sobre gravidez na adolescência e métodos contraceptivos, oriundos de órgãos oficiais como o Ministério da Saúde e a UNESCO. A leitura desses materiais se deu acompanhada por rodas de conversa, nas quais os estudantes puderam compartilhar suas percepções, questionar informações e articular conhecimentos prévios a novos referenciais. Nesse processo, a leitura é concebida não como decodificação mecânica, mas como prática social que possibilita significar e ressignificar experiências (SOARES, 2002; BAKHTIN, 1992).

2. **Educação sexual como tema transversal** - Na segunda etapa, foram realizados debates mediados por professores, abordando os riscos da gravidez precoce, os diferentes métodos contraceptivos e os impactos emocionais, físicos e sociais da sexualidade na adolescência. Tais atividades foram norteadas por uma perspectiva crítico-emancipatória (FREIRE, 1996), que entende a educação como prática de liberdade e problematização da realidade. Além disso, ao integrar a educação sexual como tema transversal, busca-se construir um espaço de diálogo democrático, no qual tabus possam ser questionados e concepções preconcebidas desconstruídas (LOURO, 1997).
3. **Produção textual e desenvolvimento da argumentação crítica** - Na terceira etapa, os estudantes foram convidados a elaborar produções textuais em diferentes gêneros argumentativos, como artigos de opinião, cartas abertas e resenhas críticas. Essa etapa visa consolidar a articulação entre linguagem e cidadania, incentivando a mobilização de argumentos consistentes e fundamentados, de acordo com os princípios da nova retórica. Conforme Dolz, Schneuwly e Haller (2004), a prática da escrita argumentativa possibilita ao aluno assumir posicionamentos, analisar contradições e intervir criticamente em sua realidade.
4. **Avaliação formativa e reflexão coletiva** - A etapa final será dedicada à avaliação formativa e coletiva do processo. Por meio de uma roda de diálogo reflexivo, os estudantes poderão expressar como compreenderam os conteúdos trabalhados, quais mudanças de percepção ocorreram e de que modo os conhecimentos adquiridos podem contribuir para decisões mais seguras e responsáveis em suas vidas pessoais e sociais. Esse momento de síntese dialoga com a pedagogia freireana, que valoriza a consciência crítica como horizonte formativo (FREIRE, 1996).



Quanto à análise dos dados, foi adotada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), aplicada às produções escritas dos estudantes e aos registros reflexivos produzidos durante os encontros. Essa abordagem permitirá identificar categorias emergentes relacionadas à compreensão da sexualidade, à utilização crítica da leitura e escrita e ao desenvolvimento da argumentação.

Assim, a metodologia proposta busca integrar teoria e prática, articulando a educação sexual como direito formativo com o fortalecimento das competências linguísticas e críticas, em consonância com os desafios contemporâneos da educação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A gravidez na adolescência emerge como um desafio social e de saúde pública, diretamente ligada às vulnerabilidades geradas pela falta de informação segura durante uma fase de intensas transformações. As consequências, que incluem evasão escolar e instabilidade socioemocional, não afetam apenas as jovens, mas também suas famílias e comunidades, o que reforça a importância de projetos que abordem a saúde sexual e reprodutiva no ambiente escolar.

Para responder a essa demanda, a educação sexual na escola deve ser compreendida como um processo formativo integral, focado no desenvolvimento de competências críticas e éticas, em vez de se limitar a aspectos biológicos. Ao promover o diálogo e desconstruir tabus, a escola capacita os adolescentes com o conhecimento necessário para que exerçam sua autonomia e tomem decisões mais seguras e responsáveis em relação à sua sexualidade.

1. Leitura e Escrita como Práticas Sociais na Construção do Conhecimento

A leitura e a escrita devem ser compreendidas como práticas sociais que ultrapassam a mera decodificação da língua, assumindo papel central na formação crítica dos sujeitos. Para Soares (2002), a leitura é uma prática cultural que possibilita ao estudante dialogar com múltiplos discursos, enquanto a escrita se constitui como instrumento de participação ativa no meio social. Dessa forma, ao trabalhar textos informativos, debates e produções autorais, a escola contribui não apenas para o domínio da língua, mas para a construção de significados e para a ampliação do repertório cultural dos alunos.



Segundo Bakhtin (1992), todo ato de linguagem é atravessado pelo diálogo e pela interação social. Nesse sentido, a leitura e a produção escrita permitem ao adolescente não apenas reproduzir saberes, mas ressignificar experiências, articulando conhecimentos prévios com novas perspectivas. Assim, práticas pedagógicas que valorizam a argumentação e a análise crítica inserem o estudante em um processo formativo que integra cognição, linguagem e cidadania.

2. A Educação Sexual como Tema Transversal e Direito à Formação Integral

A sexualidade, segundo Foucault (1988), é uma construção histórica e social, marcada por discursos de poder e formas de controle. Na adolescência, período de intensas transformações físicas e indenitárias, a ausência de informações seguras e de espaços de diálogo sobre saúde sexual e reprodutiva pode conduzir a situações de vulnerabilidade, como a gravidez precoce. O Ministério da Saúde (BRASIL, 2021) aponta que a gravidez na adolescência está associada à evasão escolar, a riscos de saúde e a impactos socioeconômicos, o que reforça a necessidade de políticas educacionais voltadas à prevenção.

Nesse contexto, a educação sexual deve ser concebida como tema transversal no currículo escolar, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e com as orientações da UNESCO (2018), que defendem a formação integral dos estudantes. Para Freire (1996), a educação deve estar ancorada na problematização da realidade, o que implica tratar a sexualidade de forma crítica e emancipatória, para além de conteúdos biológicos, reconhecendo-a como direito humano e condição de cidadania.

Louro (1997) complementa ao afirmar que a escola tem papel fundamental na desconstrução de tabus e preconceitos, criando um ambiente em que o diálogo sobre gênero e sexualidade se torna espaço de reconhecimento e respeito às diferenças. Assim, ao integrar a educação sexual como prática pedagógica sistemática, promove-se não apenas a saúde, mas também a equidade social e a formação ética.

3. O Desenvolvimento da Argumentação Crítica para a Tomada de Decisão

A construção da argumentação crítica é elemento central para a formação de sujeitos capazes de analisar, refletir e tomar decisões responsáveis. Segundo Perelman e



Olbrechts-Tyteca (2005), a argumentação é um processo de convencimento fundamentado em valores, crenças e racionalidade, sendo essencial para a vida democrática. No ambiente escolar, trabalhar com situações reais, como a gravidez na adolescência e os métodos contraceptivos, amplia a capacidade dos alunos de confrontar diferentes pontos de vista e de construir posicionamentos fundamentados.

Nesse sentido, Dolz, Schneuwly e Haller (2004) defendem que a produção textual argumentativa deve ser entendida como prática formativa, que permite ao aluno mobilizar conhecimentos linguísticos, culturais e sociais para intervir de maneira crítica no mundo. Ao articular os debates sobre sexualidade e contracepção à escrita e à oralidade, o projeto pedagógico contribui para o fortalecimento da autonomia intelectual dos estudantes.

Assim, o desenvolvimento da argumentação crítica possibilita que o adolescente compreenda a sexualidade como esfera complexa, que envolve dimensões éticas, sociais e emocionais, levando-o a tomar decisões mais seguras e responsáveis em sua vida pessoal e social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados foi realizada a partir das produções textuais dos estudantes, dos registros das rodas de conversa e das observações de campo dos professores mediadores. Para tanto, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), que possibilitou a organização do material em categorias temáticas, emergentes das falas e textos dos alunos. As categorias principais foram: (1) percepção da gravidez na adolescência; (2) compreensão dos métodos contraceptivos; (3) desenvolvimento da leitura e da escrita como práticas sociais; (4) construção da argumentação crítica.

1. Percepção da Gravidez na Adolescência

Os estudantes inicialmente apresentavam visões fragmentadas ou carregadas de senso comum acerca da gravidez precoce, muitas vezes vinculadas apenas a consequências imediatas, como a evasão escolar ou “assumir responsabilidades cedo demais”. Após os debates e leituras, observou-se maior complexidade nas reflexões, com reconhecimento dos impactos emocionais, sociais e de saúde associados à gestação precoce. Essa mudança evidencia a importância da escola como espaço de construção de



saberes críticos, em consonância com o que aponta Freire (1996), ao defender a problematização da realidade como caminho para a conscientização.

2. Compreensão dos Métodos Contraceptivos

Nas rodas de conversa, emergiu uma compreensão inicial restrita ao uso do preservativo e da pílula anticoncepcional. Contudo, após o estudo de textos informativos e as discussões orientadas, os alunos ampliaram o repertório sobre outros métodos, como o dispositivo intrauterino (DIU), o anticoncepcional injetável e o implante subcutâneo, além de refletirem sobre eficácia, possíveis efeitos colaterais e responsabilidades compartilhadas. Essa ampliação demonstra a relevância de abordar a contracepção de forma crítica e contextualizada, como indicam Guimarães e Santos (2019), permitindo escolhas mais informadas e conscientes.

3. Desenvolvimento da Leitura e Escrita como Práticas Sociais

As atividades de leitura e escrita possibilitaram que os alunos se apropriassem de diferentes gêneros textuais, exercitando habilidades de interpretação e produção crítica. Em suas redações, identificaram-se avanços no uso de argumentos fundamentados, na organização das ideias e na articulação de referências aos textos lidos e às discussões realizadas. Esse resultado reforça a concepção de Soares (2002), segundo a qual leitura e escrita são práticas sociais que ampliam a participação cidadã, e de Bakhtin (1992), ao afirmar que todo ato de linguagem é um ato de interação.

Os dados analisados revelam que o projeto pedagógico contribuiu para:

- Ampliar a compreensão crítica sobre a gravidez na adolescência e os métodos contraceptivos;
- Fortalecer a leitura e a escrita como instrumentos de participação social;
- Desenvolver a argumentação crítica, promovendo a formação de sujeitos autônomos e reflexivos.

Assim, confirma-se a relevância de integrar a educação sexual como tema transversal ao currículo escolar, articulando-a às práticas de linguagem e ao exercício da cidadania. Como destaca Louro (1997), tratar a sexualidade no espaço escolar implica desconstruir preconceitos e fomentar o diálogo, o que se refletiu nas mudanças de percepção e nas produções dos alunos ao longo do processo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste projeto evidenciou a relevância de integrar a educação sexual ao currículo escolar de forma crítica, reflexiva e transversal, possibilitando aos estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais o acesso a informações seguras e contextualizadas sobre gravidez na adolescência e métodos contraceptivos. A proposta mostrou-se eficaz não apenas na ampliação do repertório dos alunos em relação à saúde sexual e reprodutiva, mas também no fortalecimento da leitura, da escrita e da argumentação crítica como práticas sociais fundamentais para a formação cidadã.

Os resultados revelaram avanços na capacidade dos estudantes de compreender a gravidez precoce em sua dimensão social, emocional e de saúde pública, superando visões simplistas ou baseadas apenas no senso comum. Da mesma forma, verificou-se a ampliação da compreensão sobre os métodos contraceptivos, associada ao desenvolvimento de uma postura mais crítica e responsável frente às escolhas relacionadas à sexualidade.

No campo da linguagem, as práticas de leitura e produção textual possibilitaram que os estudantes assumissem a escrita como instrumento de participação social e reflexão, mobilizando argumentos fundamentados em diferentes gêneros discursivos. Esse processo contribuiu para o fortalecimento da autonomia intelectual e para a formação de sujeitos capazes de intervir criticamente em sua realidade.

Dessa forma, conclui-se que projetos pedagógicos dessa natureza reforçam o papel da escola como espaço de formação integral, em consonância com Freire (1996) e Louro (1997), ao valorizar a problematização da realidade e a construção de uma consciência crítica que transcende os limites do ambiente escolar. Em perspectiva mais ampla, a experiência confirma a necessidade de políticas educacionais que incorporem a educação sexual como direito humano, reconhecendo sua importância na construção de uma sociedade mais consciente, responsável e igualitária.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.



BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Gestação na adolescência: orientações para gestores e profissionais de saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; HALLER, Simone. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Nayara; SANTOS, Renata. Métodos contraceptivos e saúde reprodutiva na adolescência: uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Educação em Saúde*, v. 9, n. 2, p. 45-59, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. *Educação em sexualidade: guia técnico internacional*. Brasília: UNESCO, 2018.

